



Sistema de Controle Interno no Brasil: *Quo Vadis?*

Caio Mulatinho

Secretário Executivo da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco



Controle Interno

velhos
conceitos...
novos
instrumentos...
novo enfoque

Refletindo sobre o Controle Internoo: um conceito em evolução

A construção de estruturas de controle remonta às origens da própria administração pública, **sua atuação ou apenas a existência serviam para coibir os desvios e a redução dos erros na condução do aparelho estatal.**

Ganhou corpo conceitual, teórico e institucional (Século XIX). A ideia de controle ganhou contornos de **função básica da administração**. (momento de qualificação e melhoria do processo de gestão)

O Decreto-Lei nº 200/1967 assegurou o **CI como um Princípio** na Administração Pública.

Antes.... controle do soberano sobre os súditos.

Depois.... controle da sociedade sobre os administradores públicos. (*accountability*)

Porque vamos refletir sobre Controle Interno?



1. Brasil caiu 26 posições no Índice de Percepção da Corrupção entre 2017 e 2019 (105^a). **3º entre os BRICS e 16º entre o G-20.**

A **ONU** estima que **5% do PIB mundial** são evadidos com suborno, lavagem de dinheiro e evasão de divisas (**US\$ 1 trilhão** em propinas e **US\$ 2,6 trilhões** em crimes correlacionados).

No **Brasil** estima-se que sejam em torno de **R\$ 200 bilhões** decorrentes de corrupção.

2. Brasil desperdiça **3,9% do PIB** por ano, algo em torno de **US\$ 68 bilhões**. (BID, 2019)

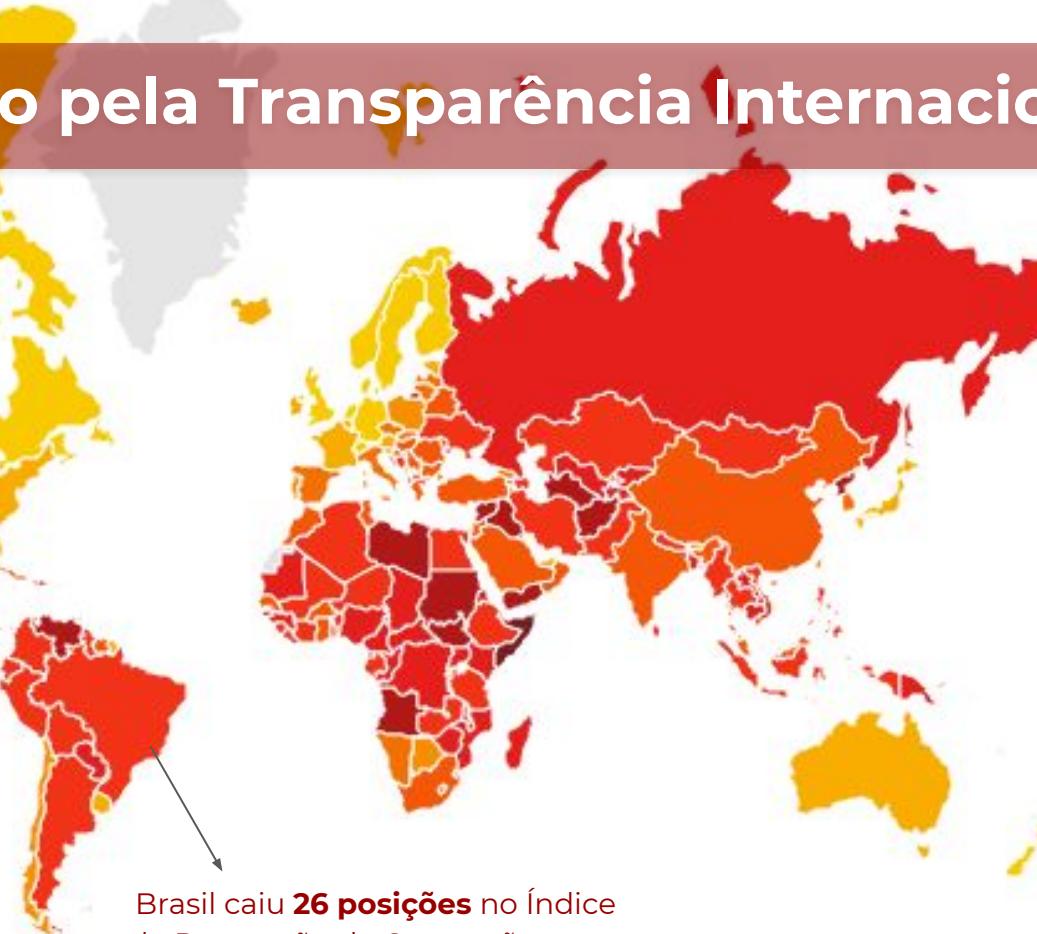
3. O país passa por uma das mais profundas crises econômicas de sua história. (FGV, 2019)

4. Finitos recursos x infinitas necessidades

5. Necessidade de amadurecimento conceitual (papel dos gestores x órgãos de controle)

Mapa da Corrupção pela Transparência Internacional

Critérios de apuração do índice....
propina, desvio de recurso público, burocracia excessiva, nepotismo e habilidade dos governos em conter a corrupção.



Contexto Sócio-Econômico-Político

☰ Sessões 🔎 CORREIO BRAZILIENSE Economia



2011 a 2020: a pior década da história da economia brasileira em 120 anos

Estagnação da economia mantém a renda atual do brasileiro em patamar inferior ao de 2014, período anterior ao da pior recessão da história do país. De acordo com estudo da FGV, crescimento médio anual do Brasil será de 0,9% entre 2011 e 2020

Hamilton Ferrari
postado em 23/08/2019 08:00



Economia



Gasto público ineficiente no Brasil gera perda de US\$ 68 bi por ano

É o que revela estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento

Publicado em 07/05/2019 - 10:32 Por Kelly Oliveira - Repórter do GLOBO

☰ O GLOBO BRASIL

Os gastos públicos ineficientes no Brasil geram prejuízos de US\$ 68 bilhões por ano ou 3,9% de tudo o que o país produz – Produto Interno Bruto (PIB).

É o que conclui estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A publicação faz parte da série de estudos denominada Desenvolvimento nas Américas.

Segundo o organismo, há ineficiências na execução de programas e projetos, com



Maioria dos brasileiros acha que corrupção aumentou; 11% relatam ter pago suborno por serviços

Pesquisa da Transparência Internacional que mediou a percepção e a experiência com desvios na América Latina e Caribe

Guilherme Caetano
23/09/2019 - 13:34 / Atualizado em 23/09/2019 - 16:49



Da Administração Patrimonial à Governança Pública



Patrimonialismo... o “soberano” detém poder sobre tudo (pessoas e bens), inexiste a ideia de coletividade, o patrimônio público pertence a este.

Burocrático... impessoalidade, formalismo e profissionalismo, buscava melhorar o controle, eliminar a corrupção e o nepotismo.

Gerencial... incorporação de ferramentas da iniciativa privada para atingir níveis mais elevados de eficiência.

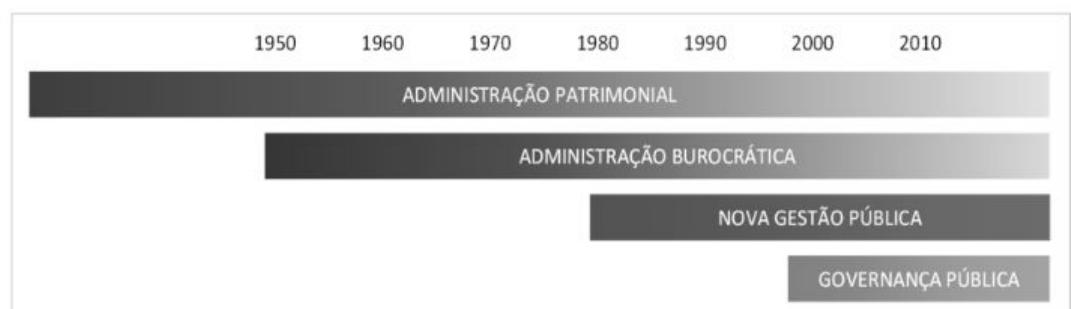


Figura 1– Evolução dos paradigmas de reforma da administração pública

Fonte: Inspirado em MEULEMAN, L. – Public Management and the Metagovernance of Hierarchies, Networks and Markets. Physic-Verlag, Heidelberg, 2008.

O processo evolutivo dos modelos praticados no âmbito da administração pública brasileira

Ênfase nos Processos

1938: Criação da DASP, Decreto-Lei nº 579/38, deriva da CF/37 (Estado Novo)

1967: Decreto-Lei nº 200/67 eleva o controle à condição de Princípio da Administração Pública

Ênfase nos Resultados

1998: Princípio da Eficiência é agregada à CF/88, a partir da EC nº 19/98 e decorreu em grande medida do PDRAE, criado em 1995. Fundamenta-se no NPM.

2017: Decreto Federal nº 9.203/2017 indica a política de governança no âmbito do Governo Federal.





Fases evolutivas do controle interno no Brasil?

1. Primeira Fase: 1808 - 1966

Criação do Erário Régio - Tesouro - e do **Conselho da Fazenda**, este incumbido de controlar os gastos do império (1808)

Criação do **Ministério da Fazenda** (1821)

Controle das receitas e despesas submetidos a um “**Tribunal**” do Tesouro Público Nacional (CF, 1824)

Criação do TCU com foco no exame, revisão e julgamento de contas referente às receitas e despesas da república (1890)

Criação da Contadoria Geral no âmbito do MF com foco na **padronização de registros, orientação metodológica e fiscalização dos atos de gestão** (1921)

Vinculação do TC ao MF, supressão do controle e registro prévio de ordens de pagamento e exame e julgamento das contas pela Câmara dos Deputados (1934)

Promulgação da **Lei Federal nº 4.230** - Arts. 75 a 82 trouxe novas atribuições aos órgãos de controle interno - **controle orçamento, análise da legalidade dos atos, fidelidade funcional dos agentes e cumprimento do programa de trabalho** (1964)



Fases evolutivas do controle interno no Brasil?

2. Segunda Fase: 1967 - 1987

CF 1967 - art. 72 atribui competências ao SCI: **assegurar** a eficácia do CE e a regularidade das receitas e despesas, **acompanhar** a execução dos programas e do orçamento e **avaliar** os resultados alcançados pelos administradores e verificar a execução dos contratos (1967)

Reforma administrativa a partir do Decreto-Lei n ° 200 - art. 23 cria as Secretarias Gerais e as **Inspeções Gerais de Finanças**, responsáveis pela **administração financeira, contabilidade e auditoria setoriais**. **Assessoria** a ministros. Forte cunho **legalista**.

Criação da **Secretaria Central de Controle Interno** (Secin) ligada à Secretaria de Planejamento (Seplan), centralizando as atividades de controle interno (240 auditores) e dando **exclusividade à função de auditoria apenas ao órgão central** (1976)

Retorno das funções de controle interno ao MF (1985)

Extinção da Secin e criação da STN e (re)descentralização das atividades de auditoria a partir das Secretarias de Controle Interno (1986)

Lançamento do **Siafi** e **criação dos cargos de analista de controle e finanças** (1987)



Fases evolutivas do controle interno no Brasil?

3. Terceira Fase (1988 - ...)

CF 1988 - novo ambiente de controle na administração pública, mais aberta, democrática, municipalista, descentralizada (1988)

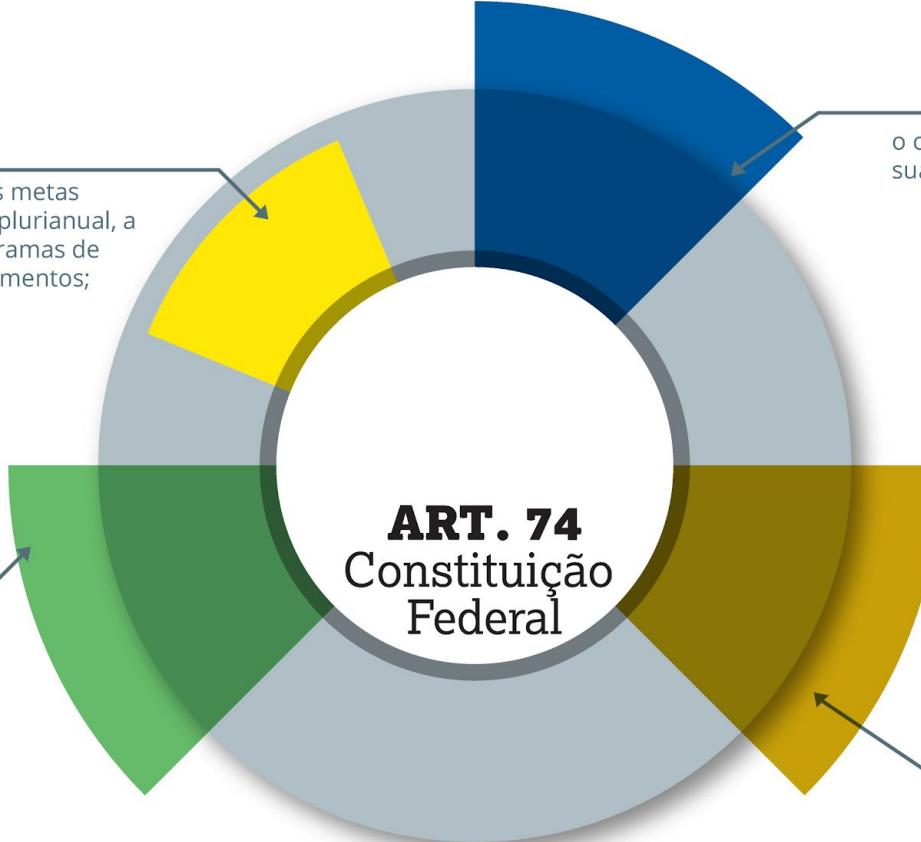
Funções de CI concorrendo com outras atribuições da STN (estabilização monetária, assunção da gestão da dívida pública e do apoio à unificação do orçamento)

Necessidade de reformulação das funções de CI após auditoria operacional do TCU (baixa eficiência e pouca eficácia do SCI, subposicionamento hierárquico do órgão central, execução de uma multiplicidade de funções, escassez de recursos, falta de punições rigorosas) (1992)

Criação da **Secretaria Federal de Controle**, em decorrência da CPMI do orçamento e a queda do presidente à época, cuja filosofia predominante era **“orientar mais e punir menos”** (1994)

Desoneração do SFC da função de contabilidade federal (1999)

Extinção das unidades seccionais, criação da **Corregedoria-Geral da União** (2001) e vinculação do órgão à Casa Civil (2002), depois à **Controladoria-Geral da União** (2003)



ART. 74

Constituição Federal

Avaliar

o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos;

Apoiar

o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Comprovar

a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

Exercer

o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres;



Fases evolutivas do controle interno no Brasil?

3. Terceira Fase (1988 - ...)

Ampliação das funções de CI:

- fortalecimento do **controle social**, aumento da transparéncia;
- maior **articulação interinstitucional**;
- **programas de “sorteio” e divulgação dos resultados** (2003)

Lançamento do **Portal de Transparéncia** (2004)

Criação do **CONACI** (2004)

Lançamento do **Sistema de Corregedoria pela CGU** (2005)

Incorporação da Corregedoria, Ouvidoria e Combate e Prevenção à Corrupção (2006)

Criação das **Diretrizes do CI no Setor Público** (2010)

Lei de Acesso à Informação (2011)

Lei de Conflito de Interesses (2013)

Lei Anticorrupção (2013)

Estruturas de Controle Interno no Brasil

- Os processos de institucionalização e do isomorfismo do CI no Brasil **dependem** de condição de evolução histórica e social
- Os diversos modelos e estruturas (IACM, Modelo Conaci) **não necessariamente concorrem entre si**
- **Auditoria** e **controladoria** estão mais consolidados institucionalmente no âmbito dos sistemas de controle interno brasileiro
- **Ouvidoria** e os sistemas de transparência vem se consolidando fortemente com a participação mais ativa da sociedade
- Os **sistema de controle e prevenção de corrupção** são de estrutura mais recente e carecem de maior capacidade técnica e aporte financeiro



Construindo premissas para atuação de um sistema de controle interno?

... **Controles internos não estão dissociados da gestão**, pelo contrário, a implementação e gerenciamento de CI é responsabilidade da gestão.

... Executar ações de controle antes ou durante um plano de trabalho de maneira a aumentar suas chances de atingir o objetivo traçado, **ênfase no caráter preventivo, concomitante, orientativo-pedagógico**.

... **implementar** controles internos fundamentados na **gestão de risco**.

... **obrigatoriedade de certificação** para os profissionais que desejam atuar na área.

... Desarquivamento da **PEC nº 45/2009**.

... Atuação no contexto de **programas de Integridade, governança corporativa, big data, automação, inteligência artifical, Blockchain, LGPD**.

... aumentar a **integração institucional** da unidade de CI com outros agentes internos e externos.

Confira 10 profissões que podem acabar até 2030

PUBLICADO POR INBEC EM **MERCADO** | ATUALIZADO [19/09/2019] CRIADO [19/09/2019]

Confira 10 profissões que podem acabar até 2030

Transporte autônomo, robôs que aplicam anestesia, criptomoedas e softwares de análise financeira.

Tecnologias que já existem hoje prenunciam intensa transformação do mercado de trabalho no futuro e vão

5. Contadores e auditores

Quando a profissão será automatizada: **2030**

Justificativa dos especialistas: “dois movimentos complementares devem impactar estas profissões: **digitalização dos processos e aumento no uso de Blockchain**. Contadores ainda estão envolvidos com tarefas que podem ser automatizadas em grande escala sendo a brasileira Contabilizei um exemplo de disruptão nesta área (a startup é considerada a empresa contábil mais inovadora do mundo segundo a Fast Company).

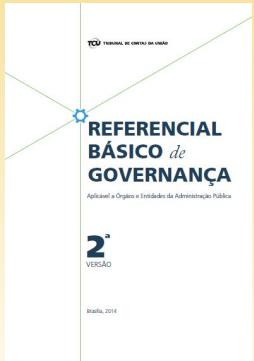
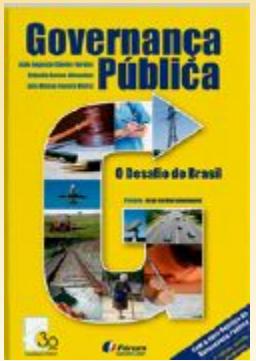
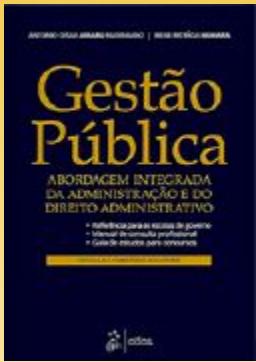
Além disso, com as **criptomoedas e registro de operações em Blockchain**, o conceito de contabilidade desaparece, visto que todas as transações são públicas e tecnicamente impossíveis de serem fraudadas. O mesmo vale para auditores”.

Buscar por posts



RECEBA CONTEÚDOS
GRATUITOS. BASTA
PREENCHER OS DADOS
ABAIXO E CLICAR EM

Recomendações de Leitura



OBRIGADO!

caio.mulatinho@cge.pe.gov.br

+55 81 994.883.905

Secretaria da
Controladoria
Geral do Estado



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.